

A Herança Romana em Portugal

um livro de Carlos Fabião

José d'Encarnação

[versão condensada na *Al-Madan* 16: 149]

Embora apresentada a 22-06-2006, no Museu Nacional de Arqueologia, não virá a despropósito tecermos ainda algumas considerações acerca desta publicação levada a efeito pelos CTT, através da sua Direcção de Relações Internacionais e de Filatelia.

Inserir-se o volume numa tradição, mui louvável, a que a empresa meteu ombros e tem dado continuidade. Recordamos, por exemplo, o volume *Arquitectura Popular Portuguesa*, de 1989, texto do Arq^o José Pedro Martins Barata (que também traduziu para inglês, é edição bilingue), com fotos – magníficas! – de Jorge Barros, a acompanhar a linda série filatélica de casas portuguesas, desenho de José Luís Tinoco. Numa altura em que foi necessário chamar a atenção para o que era nosso, o invulgar tipicismo e excelente adaptação ao meio das nossas casas tradicionais, do Minho ao Algarve. Lembramos *Traineiras*, de 1994, do saudoso Octávio Lixa Filgueiras, nosso infatigável companheiro nestas lutas pela defesa do Património, sobretudo naval – cuja memória saúdo e sentidamente evoco. Também bilingue. Fotos (magníficas igualmente!) de João Menéres. A série filatélica teve desenhos (numa estilização linda!) de Armando Alves.

Edições sempre a acompanhar séries filatélicas particularmente significativas – como, aliás, o são todas, e Portugal é, reconhecidamente, a nível internacional, um dos países que produz as mais bonitas e eloquentes séries filatélicas do Mundo. Uma tradição a manter, de que muito nos orgulhamos (na permuta que fazemos de selos com colegas nossos estrangeiros) e por isso nos cumpre louvar a Direcção de Filatelia dos CTT.

Por conseguinte, é para nós, arqueólogos, subida honra que também os vestígios romanos hajam sido considerados tema susceptível de interessar o público.

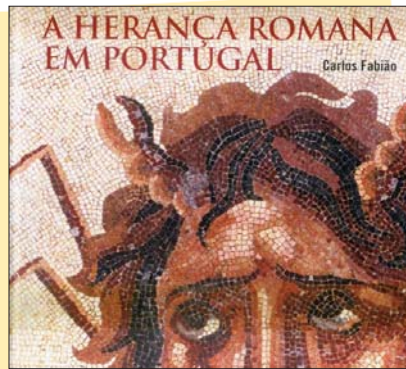
E estamos gratos pela divulgação! Vários milhares, porventura milhares de selos – pelo País e, sobretudo, pelo estrangeiro!

O autor, Carlos Fabião, professor associado da Faculdade de Letras de Lisboa, tem amígdalo feito parceria com Amílcar Guerra, nos domínios arqueológico e da escrita, desde os tempos das escavações em Lomba do Canho¹. É conhecido o seu interesse pelo estudo das ânforas romanas como fonte para a história económica e, mais recentemente, o empenho em levar a cabo uma boa história da Arqueologia em Portugal², não descurando o projecto de investigação, conservação e valorização do sítio arqueológico de Mesas do Castelinho, Almodôvar, em que está envolvido desde 1988. Integra, por outro lado, a equipa que deu novo alento à pesquisa sobre o santuário a Endovéllico, em S. Miguel da Mota³.

Torna-se difícil conceber uma obra deste tipo: de que vou falar? Que selecciono em função do público e... do editor? Sobretudo quando se sabe tanto e há tanto sobre que se escrever?!...

Convenha-se, desde logo, que estamos perante um volume de prestígio: uma obra de arte gráfica, com excelente *design*, ilustrações bem escolhidas (o melhor que há). Portanto, um livro bonito!

E, nesse aspecto, atente-se no por menor de serem longas as legendas das ilustrações. Procuraríamos evitá-las num livro normal, mas elas têm aqui pleno significado: é que, num livro com estas características, muitos serão tentados a, pelo menos numa primeira assentada, apenas verem as imagens!... E, embora se saiba que uma imagem vale mais que mil palavras, nada de fiar e... vamos às palavras também! Até porque, numa obra destas, o “casamento” entre o *designer* e o autor nem sempre se consegue inteiramente “feliz” (passe o adjectivo) e o *designer* gosta das coisas bonitas e o autor tem de



FABIÃO, Carlos (2006) – *A Herança Romana em Portugal*. Lisboa: Clube do Coleccionador dos Correios. ISBN: 972-9127-99-9.

apresentar um discurso corrido, concreto, lógico na sua coerência ideológica. A ilustração é... ilustração! Por conseguinte, este livro – embora de carácter científico, histórico – é também um livro de beleza!

E ainda antes de nos debruçarmos sobre como está dividido, diria que me ressaltou de imediato um facto: o papel do mar reencontrado! E esta observação vem, inclusive, na sequência de uma reunião que houve em Coimbra⁴, onde – mesmo para a época que nos prende, a romana – se verificou que, afinal, o mar sempre ocupara papel relevante na História de Portugal: *Balsa, Osso noba, Portus Hannibalis, Salacia, Olisipo* e a recém-descoberta *Eburobritium*, cujo importante papel cada vez mais será devidamente realçado⁵, assim como o de Peniche.

De facto, no início da nossa nacionalidade, viveu-se muito da(s) terra(s); mas logo D. Dinis chamou o Almirante Pessanha; diz-se que, em tempos de D. Afonso IV, já nossos barcos aportaram às Canárias; por mar fomos, no reinado de D. João I ao Norte de África. E, depois, sempre o mar! E talvez nunca nos tenhamos interrogado o suficiente sobre o antes e o antes é mar também: di-lo-ão, sem dúvida, o horizonte da “cultura” dita “campaniforme”, os Fenícios, os constantes contactos com o Norte de África, ora cada vez mais realçados – e com inteira razão!

Daí, neste livro, a capa com a soberba representação do deus Oceano do mosaico de Faro e, no interior, a abundância dos vestígios marinhos: representação de peixes, lulas... No rosto, as quatro estações do ano, como que para dizer que é um livro para todo o ano!

Escreve Luís Filipe Nazaré, presidente do Conselho de Administração dos CTT, na apresentação, que se trata, aqui, por opção, do “legado material palpável e visível”, acrescentando – e

com razão – ser esta “uma síntese textualmente eloquente e documental, cabalmente integrada no espírito da colecção: “Promover e divulgar os valores, a cultura, o património que são nossos, sensibilizando a comunidade para a sua salvaguarda e valorização e estimulando o orgulho na sua história”.

Ressaltaria duas palavras: assimilação e orgulho – pela sua grande actualidade.

A primeira, **assimilação**, do ponto de vista cultural: Não “romanização”. Recebemos e demos. Divindades indígenas. Desde há mais de 30 anos que chamo a atenção para este facto, um dos mais sintomáticos da mente humana – a sua relação com o divino. E que vemos? Latinização dos teónimos. Devotos romanos a divindades indígenas; devotos indígenas a divindades romanas. Em plena convivência pacífica, um exemplo notável para os dias de hoje e que nunca é de mais salientar, pela sua exemplaridade. Aliás, Carlos Fabião di-lo expressamente (p. 12): “Uma unidade política e administrativa que conservou no seu interior uma apreciável diversidade cultural com variáveis graus de integração e autonomia, gerando esse peculiar sentimento de comunidade (que, de algum modo, a União Europeia voltou a agrupar) sem todavia esbater as singularidades regionais”.

¹ Cf. FABIÃO, Carlos (1993) – “Lomba do Canho (Arganil)”. In MEDINA, João (ed.). *História de Portugal*. Amadora. Vol. II, pp. 190-192.

² Vejam-se FABIÃO, Carlos (1998) – “Viriato: em torno da iconografia de um mito”. In *Actas dos IV Cursos Internacionais de Verão de Cascais*. Cascais, pp. 33-79; GUERRA, Amílcar e FABIÃO, Carlos (1992) – “Viriato: genealogia de um mito”. *Penélope*. 8: 9-23.

³ Cf. GUERRA, Amílcar; SCHATTNER, Tomás; FABIÃO, Carlos e ALMEIDA, R. (2003) – “Novas Investigações no Santuário de Endovéllico (S. Miguel da Mota, Alandroal): a campanha de 2002”. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 6 (2): 415-479.

⁴ Cf. as respectivas actas: OLIVEIRA, Francisco de; THIERCY, Pascal e VILAÇA, Raquel, coords. (2006) – *Mar Greco-Latino*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

⁵ MOREIRA, José Beza (2002) – *A Cidade Romana de Eburobritium - Óbidos*. Porto.

É curioso que o assinala, a título de exemplo, em relação a algo a que hoje somos particularmente sensíveis, como os desfiles de moda a que quase diariamente assistimos através das reportagens televisivas. E o último anúncio que vemos antes de entrar no avião é mui provavelmente o primeiro que vemos no aeroporto de destino ao descer: “*A transformação da indumentária assume*”, frisa C. Fabião, “*um elevado valor simbólico*”; “*na plástica, o corpo revestido da toga constituía o emblema da condição de cidadão romano, independentemente do local onde se encontrava*” (p. 13).

A segunda palavra: **orgulho**. Situa-se no domínio político. Reproduz o euro português as “insígnias” de D. Afonso Henriques, para mostrar aos demais da Europa que, antes de eles serem Nação, nós já o éramos e até cunhámos moeda própria! Os selos constituem, na verdade, outro veículo importante de propaganda, mesmo que não façamos coleção; mas temos sempre amigos que fazem.

Mas... ainda que não queira – de jeito nenhum! – tirar ao leitor a suprema delícia de se maravilhar, permita-se-me que dê uma olhadela, aqui e além, ao volume que ora nos é facultado. A ilustrar uma ou outra ideia.

Cada capítulo, um animal marinho, real ou imaginário, retirado de mosaicos. Portanto, o mar. E... os deuses – patentes nos títulos dos capítulos:

– Sob o signo de Marte – a conquista.

– Tem um ar um tudo-nada desconfiado o peixe que ilustra a *pax romana* – será mesmo uma “nova era”? – parece perguntar...

– Depois, Ceres, o mundo rural, que não podemos esquecer as nossas raízes agrícolas. É a terra-mãe, o ventre donde, afinal, tudo se gera!

– Vulcano e a sua forja, de rosto suado. Mãos calejadas, o sacrifício, ufl! Que calor! São os recursos mineiros e geológicos.

– E aí vem o Oceano, curiosamente para se falar de comunicações e de transportes. E, claro, de recursos marinhos.

– Finalmente, a religião – a romana e a passagem do politeísmo para o monoteísmo.

Tem o autor perfeito conhecimento das últimas descobertas e das problemáticas que perpassam pela investigação do mundo romano.

Veja-se a dedicatória ao deus Marte⁶, proveniente de uma *villa romana*, a de Torre de Palma (Monforte) (p. 16). Sim, é o deus da guerra, pelo menos está vestido como tal, mas... não estará, de preferência associado à agricultura e – porque não? – se se tratar de um “*acto individual de devoção, sem qualquer relação com os citados atributos*”?

O templo romano de Évora. Havia um espelho de água a rodeá-lo. Não é, claro, dedicado a Diana, mas não poderá deixar de ter servido para “*cultos institucionais, talvez mesmo o culto do imperador divinizado*”.

Abra-se um pequeno parêntesis para assinalar como – quando necessário – Carlos Fabião é cauteloso nas suas afirmações. Aqui, acrescenta um “*talvez*”, quando – de um modo geral – todos concordamos em que se trata de um templo ao culto imperial, datável, inclusive, do reinado de Augusto, dados os paralelos existentes, do ponto de vista arquitectónico, em Mérida (capital da Lusitânia) e mesmo em Tarragona, capital da outra importante província, a Citerior. O mesmo sucede em relação a *Miróbriga*, nome por que se conheceu a cidade romana sita ao lado de Santiago de Cacém. Eu já pusera alguma dúvida em 1984 quanto à designação; Carlos Fabião sublinha, por mais do que uma vez, com a expressão “*se presume ser*”. Na verdade, não há prova cabal de que a cidade se tenha chamado assim, por mais que D. Fernando de Almeida, nosso saudoso mestre, o haja proclamado. E também dirá: “*o presumível aqueduto de abastecimento da cidade de Felicitas Iulia Olisipo*”... (p. 68), apesar de Francisco da Holanda.

Estamos, pois, perante uma obra densa – daí, repito, a importância das legendas grandes, a cuja leitura se não resiste. Permitam-se-me, a concluir, dois ou três comentários mais, de apertivo.

Na p. 38: a placa com a inscrição dedicada ao imperador Lúcio Vero, no período que medeia entre os anos 139 e 161 (IRCP 291). Cá está um dos casos

em que o *designer* se sobrepôs e preferiu apresentar uma porção bonita do monumento que poderia ganhar em aí figurar completo. Mas o que, na realidade, aqui interessa realçar é o comentário patente na legenda e que traz logo, em síntese, uma série de informações:

1 – “*A homenagem a um imperador ou ao seu filho e sucessor, como é o caso, constituía uma prática habitual*”.

2 – Trata-se de uma dedicatória “*oficial e institucional*”, porque nela se regista que foi feita “*por decreto dos decurios*” e com intervenção dos duúviro.

3 – *Pax Iulia* foi instalada “*no local onde existia já um povoado indígena*” (informação que não era admitida até há muito pouco tempo).

4 – “*A denominação da cidade enquadra-se no plano ideológico de exaltação da pax, quer nas províncias, quer na própria sociedade romana, promovida por Octaviano, antes de receber a consagração como Augusto*”.

Difícil dizer mais em tão poucas palavras! E sintetizar, assim, os dados mais relevantes da investigação em curso.

Idêntico comentário poderíamos fazer em relação à imagem da p. 47, a bem conhecida epígrafe sobre o *orarium* oferecido à *civitas Igaeditanorum*⁷. Temos, aqui, algumas divergências de interpretação, que não vêm ao caso, agora⁸, mas o importante é sublinhar quanto significa a oferta e a recepção oficial de um relógio solar – como que para pautar a vida da comunidade ao ritmo do todo que era o Império⁹.

Aliás, nesse sentido apontam também – e Carlos Fabião sublinha-o – as estátuas de grandes proporções dos imperadores, a funcionarem como *big brothers* vigilantes por todo o vasto Império, como eram iguais as escolas primárias no tempo do Antigo Regime, com o crucifixo e as fotografias; como o euro pretende (ainda que não consiga – por via do reverso) uniformizar europeus...

E se, por outro lado, se gera entre nós, ao falarmos dos Romanos e do que deles hoje ainda subsiste em território nacional, uma “*estranha familiaridade*” – como escreve o Autor –, não é menos verdade que, por vezes, tal familiaridade nos pode impedir de realçar a importância do que, à primeira vista, poderiam ser simples pormenores. O fragmento de “*pé de estátua thoracata*” de *Conimbriga* acaba, neste

contexto, por assumir relevante papel de “*alegoria*”, pois pertenceria a uma dessas estátuas monumentais, a figurarem, imponentes, no fórum, a mostrar que, “*afinal, o poder não era assim uma realidade abstracta e distante, mas antes um vultu tutelar*”. “*Resíduo*”, sim, mas “*suficientemente expressivo e inteligível*” é também a pata de cavalo de estátua equestre de *Bracara Augusta*, de bronze dourado, de um imperador seguramente.

O comentário feito a propósito da muralha tardia de *Conimbriga* é igualmente de realçar, nomeadamente quando C. Fabião afirma ser tendência actual da historiografia não ver nessas construções o “*largar os anéis para salvar os dedos*”, ou seja, não um símbolo de dificuldade e de pressa, mas sim algo que se pensara, dentro dos parâmetros de um urbanismo que, afinal, se renova, atendendo aos novos circunstancialismos e perspectivas: “*Pelo investimento que implica, tanto em termos humanos como financeiros constitui uma prova evidente da vitalidade das comunidades urbanas e da sua relevância*”. Uma ideia original a fixar, a desenvolver e a testar com outros exemplos.

E que dizer duma observação como esta, a propósito das novas vias que os Romanos traçaram: “*Foram seguramente estes novos circuitos que tornaram obsoletos velhos caminhos pré-romanos, condenando irremediavelmente os núcleos indígenas com eles associados*” (p. 80)? Plena de actualidade, numa época de auto-estradas e de estações de serviço... 🐾

⁶ Cf. ENCARNÇÃO, José d' (1984) – *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis* (= IRCP). Coimbra, inscrição n.º 568.

⁷ Cf. SÁ, Ana Marques de (2007) – *Civitas Igaeditanorum: os Deuses e os Homens*. Município de Idanha-a-Nova, p. 61; MANTAS, Vasco Gil (1988) – “*Orarium donavit Igaeditanis: epigrafia e funções urbanas numa capital regional lusitana*”. In *Actas del I Congreso de Historia Antigua Peninsular* (Santiago de Compostela. 1986). Santiago de Compostela. Vol. II, pp. 415-439; AE 1992 951.

⁸ Cf. ENCARNÇÃO, José d' (1991) – in *Conimbriga*. 30: 180-181.

⁹ ÉTIENNE, R. (1992) – “*L'Horloge de la Civitas Igaeditanorum et la Création de la Province de Lusitanie*”. *Revue des Études Anciennes*. 94 (3-4): 355-362.